

No. 40434

**Brazil
and
Bolivia**

Agreement on cooperation between the Government of the Federative Republic of Brazil and the Government of the Republic of Bolivia to impede the illegal use of precursors and chemical substances essential to the processing of narcotics and psychotropic substances. La Paz, 26 July 1999

Entry into force: *11 March 2004 by notification, in accordance with article VII*

Authentic texts: *Portuguese and Spanish*

Registration with the Secretariat of the United Nations: *Brazil, 6 July 2004*

**Brésil
et
Bolivie**

Accord de coopération entre le Gouvernement de la République fédérative du Brésil et le Gouvernement de la République de Bolivie en vue d'empêcher l'emploi illégal des précurseurs et des substances chimiques essentielles au traitement des stupéfiants et des substances psychotropes. La Paz, 26 juillet 1999

Entrée en vigueur : *11 mars 2004 par notification, conformément à l'article VII*

Textes authentiques : *portugais et espagnol*

Enregistrement auprès du Secrétariat des Nations Unies : *Brésil, 6 juillet 2004*

[PORTUGUESE TEXT — TEXTE PORTUGAIS]

ACORDO DE COOPERAÇÃO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA DA BOLÍVIA
PARA IMPEDIR O USO ILEGAL DE PRECURSORES E SUBSTÂNCIAS
QUÍMICAS ESSENCIAIS PARA O PROCESSAMENTO DE
ENTORPECENTES E SUBSTÂNCIAS PSICOTRÓPICAS

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo da República da Bolívia
(doravante denominados "Partes"),

Aprofundando os compromissos estipulados no Convênio de Assistência Recíproca para a Repressão do Tráfico Ilícito de Drogas que Produzem Dependência e o Protocolo Adicional a esse Convênio, subscritos entre os Governos da República Federativa do Brasil e da República da Bolívia em 17 de agosto de 1977 e em 2 de agosto de 1988 respectivamente, e os compromissos assumidos como Partes da Convenção das Nações Unidas contra o tráfico ilícito de entorpecentes e substâncias psicotrópicas, subscrita em Viena, em 20 de dezembro de 1988, doravante denominada "Convenção";

Tendo em conta o que foi estabelecido na Convenção sobre a necessidade de se criarem e implementarem medidas de controle com relação a determinados precursores e substâncias químicas essenciais que podem ser utilizadas para a fabricação ilícita de entorpecentes e substâncias psicotrópicas;

Acatando as recomendações sobre a matéria feitas pelo Organismo Internacional de Controle de Entorpecentes (OICE);

Observando que os precursores e as substâncias químicas essenciais são indispensáveis para a fabricação de substâncias entorpecentes e psicotrópicas, do que resulta indispensável e urgente a adoção, entre as Partes, de medidas apropriadas para impedir o uso ilegal daqueles produtos;

Preocupados com o constante aumento do tráfico ilícito de precursores e substâncias químicas essenciais para o processamento de entorpecentes e substâncias psicotrópicas;

Conscientes de que a produção, a fabricação, a distribuição, a comercialização e o tráfico ilícito de precursores e substâncias químicas essenciais são a base para facilitar a produção ilícita de entorpecentes e substâncias psicotrópicas;

Reconhecendo que a produção de entorpecentes e substâncias psicotrópicas constitui uma atividade criminosa de conseqüências internacionais e, por isso, todos os Estados devem executar ações conjuntas que permitam combater, neutralizar e impedir cada uma das fases dessa atividade criminosa internacional;

Convencidos da necessidade de manter, entre as Partes, um intercâmbio direto, seguro, permanente e ágil de informações que fortaleça a capacidade dos Estados de detectarem e impedirem operações suspeitas envolvendo precursores e substâncias químicas essenciais para evitar seu uso ilegal,

Acordam o seguinte:

ARTIGO I

Objetivos e Âmbito de Aplicação

1. As Partes do presente Acordo concordam em desenvolver a cooperação prevista na Convenção, especialmente em seus Artigos 2, 12 e 24, a fim de prevenir e controlar o uso ilegal de precursores e substâncias químicas essenciais utilizadas para a fabricação e/ou o processamento ilícito de entorpecentes e substâncias psicotrópicas.
2. As Partes prestarão assistência mútua para intercambiar informações com o objetivo de controlar e fiscalizar as operações comerciais, aduaneiras e de distribuição de precursores e substâncias químicas essenciais.
3. As Partes intercambiarão informações sobre as pessoas e organizações que se ocupam da produção, da venda, da importação, da exportação, da reexportação, da distribuição, do transporte e da armazenagem de precursores e substâncias químicas essenciais.

4. Em cumprimento do presente Acordo, as Partes intercambiarão informações relativas aos mecanismos de controle interno empregados para impedir o uso ilegal de precursores e substâncias químicas essenciais.

ARTIGO II

Autoridades Centrais Designadas

As Partes designam as seguintes Autoridades Centrais para a execução do presente Acordo, as quais poderão comunicar-se diretamente entre si para manter uma cooperação mais eficaz:

- a) pela República Federativa do Brasil, a Autoridade Central será o Ministério da Justiça, que cumprirá as atribuições descritas no presente Acordo em coordenação com a Secretaria Nacional Antidrogas (SENAD).
- b) pela República da Bolívia, a Autoridade Central será o Vice-Ministério de Defesa Social - Direção Geral de Substâncias Controladas, que cumprirá as atribuições descritas no presente Acordo em coordenação com as demais autoridades competentes.

ARTIGO III

Precursores e Substâncias Químicas Essenciais

1. Para os fins do presente Acordo, entender-se-á por precursores e substâncias químicas essenciais toda substância ou mistura de substâncias químicas utilizadas no processo de extração ou fabricação ilícita de entorpecentes e/ou substâncias psicotrópicas, tanto de origem natural como sintética.

2. As Partes, conjuntamente, de acordo com sua legislação interna, e dentro do prazo de 90 (noventa) dias seguintes à entrada em vigor do presente Acordo, estabelecerão uma "lista de precursores e substâncias químicas essenciais", doravante denominada "lista de substâncias", que deverá ser submetida a vigilância por cada uma delas.

3. As propostas de modificação da lista de substâncias serão decididas pelas Autoridades Centrais.

ARTIGO IV

Controle das Operações Comerciais, Aduaneiras e de Distribuição de Precusores e de Substâncias Químicas Essenciais

1. As Partes cooperarão entre si para assegurar o controle e a fiscalização das operações comerciais, aduaneiras, de tráfico e de distribuição dos precusores e das substâncias químicas essenciais incluídos na lista de substâncias. Da mesma forma, informarão sobre tais operações quando existam razões fundadas para se crer que os precusores ou substâncias químicas essenciais possam estar ou estejam sendo objeto de uso ilegal.
2. As Partes se assegurarão de que toda operação de importação, exportação, reexportação, trânsito e distribuição de precusores e de substâncias químicas essenciais esteja acompanhada de toda a documentação pertinente.
3. As Partes intercambiarão informação para identificar operações sobre as quais haja fundadas suspeitas, e somente nesses casos, que indiquem que os precusores ou as substâncias químicas essenciais possam estar ou estejam sendo desviados para a fabricação ilícita de entorpecentes e substâncias psicotrópicas, com referência aos seguintes aspectos:
 - a) quantidade do precursor ou da substância química essencial vendida, importada, exportada, reexportada, mantida em depósito, transportada ou que tenha sofrido transbordo;
 - b) nome, endereço, telefone, fax, clientes e atividades dos vendedores de precusores e substâncias químicas essenciais;
 - c) rotas de comércio de precusores e substâncias químicas essenciais estabelecidas previamente para serem utilizadas pelos comerciantes, corretores e transportadores de seu país;
 - d) precusores e substâncias químicas essenciais que se encontrem em trânsito pelo território de uma das Partes com destino ao território da outra Parte;
 - e) dados estatísticos com respeito à oferta e à demanda por precusores e substâncias químicas essenciais.
4. A Autoridade Central que receba da outra Parte informações sobre operações sobre as quais haja fundadas suspeitas, por intermédio do órgão competente, investigará o consignatário ou destinatário dos precusores e substâncias químicas essenciais, para confirmar que se empregarão para fins lícitos. Caso aqueles produtos sejam enviados a um consignatário ou destinatário dentro do território da outra Parte e sejam vendidos ou transferidos a terceiros, estes últimos também serão investigados.

5. As Partes comunicarão oportunamente toda modificação realizada nos sistemas de etiquetagem dos precursores e substâncias químicas essenciais a que se refere o presente Acordo e, quando necessário, anexarão a informação pertinente, a fim de facilitar, à Autoridade Central encarregada de exercer seu controle, a compreensão de tais modificações.

6. Conforme a sua legislação interna, as Partes prestarão informações sobre as autorizações, licenças ou permissões concedidas, negadas ou prorrogadas, relativas às exportações, às reexportações, às importações, ou ao transporte e à distribuição, bem como sobre as formas de pagamento com que foram efetuadas as transações de comércio de precursores e de substâncias químicas essenciais sobre as quais haja fundadas suspeitas, para que sejam submetidas a investigações e procedimentos administrativos ou processos criminais instaurados pelas autoridades competentes de cada Parte.

7. A Autoridade Central de uma das Partes poderá solicitar à Autoridade Central da outra Parte as informações que possuam sobre as pessoas e as organizações que se ocupam da produção, da venda, da importação, da exportação, da reexportação, da distribuição, do transporte e da armazenagem para iniciar, se for o caso, a investigação respectiva.

8. As Partes, também na medida em que o seu ordenamento interno o permita, compartilharão informações e darão a conhecer os resultados obtidos nas investigações e nos procedimentos administrativos e processos criminais iniciados pelas autoridades respectivas. Informarão, igualmente, sobre as atividades de interdição que tenham sido iniciadas como resultado da cooperação mútua prevista neste Acordo.

9. A Autoridade Central de uma das Partes notificará à Autoridade Central da outra Parte, previamente a sua concretização, qualquer operação de exportação ou de reexportação de precursores e substâncias químicas controladas.

ARTIGO V

Cooperação em Matéria de Intercâmbio de Informações sobre a Legislação Vigente

As Partes cooperarão entre si para o fornecimento das informações relativas à legislação e às modificações nela introduzidas, bem como aos demais mecanismos de controle e fiscalização estabelecidos para evitar o uso ilegal de precursores e de substâncias químicas essenciais.


ARTIGO VI
Informação Reservada


1. Toda informação comunicada, em aplicação do presente Acordo, por ter caráter sigiloso, será classificada segundo a legislação de cada uma das Partes para garantir o segredo profissional, industrial, empresarial e comercial, bem como a proteção necessária.
2. A informação obtida deverá ser utilizada unicamente para os fins do presente Acordo.
3. O disposto no parágrafo anterior não impedirá a utilização das informações em procedimentos administrativos ou processos criminais iniciados pelas Partes como consequência do controle dos precursores e das substâncias químicas essenciais. A utilização de ditas informações e seus resultados serão comunicados à Autoridade Central que as prestou.

ARTIGO VII
Disposições Finais

1. As Partes concordam em avaliar anualmente a execução do presente Acordo e realizarão as consultas que considerem necessárias para aperfeiçoar sua aplicação.
2. Qualquer controvérsia que possa surgir na aplicação do presente Acordo será solucionada diretamente pelas Partes.
3. O presente Acordo entrará em vigor na data do recebimento da segunda comunicação por via diplomática, na qual se informa o cumprimento dos requisitos constitucionais e da legislação interna necessários para sua aprovação.
4. O presente Acordo poderá ser emendado; as modificações entrarão em vigor conforme estabelecido no parágrafo 3 do presente Artigo.
5. Qualquer uma das Partes poderá dar por terminado o presente Acordo, mediante denúncia formalizada por meio de Nota diplomática, que surtirá efeito seis (6) meses após a data de recebimento pela outra Parte. As solicitações de assistência formalizadas dentro daquele prazo deverão ser atendidas pela Parte requerida.

Feito na cidade de La Paz, em 26 de julho de 1999, em dois exemplares originais, nos idiomas português e espanhol, sendo ambos os textos igualmente válidos e autênticos.


PELO GOVERNO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL
Luiz Felipe Lampreia


PELO GOVERNO DA REPÚBLICA
DA BOLÍVIA
Walter Guiteras

[SPANISH TEXT — TEXTE ESPAGNOL]

ACUERDO DE COOPERACION ENTRE EL GOBIERNO DE LA
REPUBLICA FEDERATIVA DEL BRASIL Y EL GOBIERNO DE LA
REPUBLICA DE BOLIVIA PARA IMPEDIR EL USO ILEGAL
DE PRECURSORES Y SUSTANCIAS QUIMICAS
ESENCIALES PARA EL PROCESAMIENTO DE
ESTUPEFACIENTES Y SUSTANCIAS PSICOTROPICAS

El Gobierno de la República Federativa del Brasil

y

El Gobierno de la República de Bolivia
(en adelante denominados "Partes")

Profundizando los compromisos estipulados en el Convenio de Asistencia Recíproca para la Represión del Tráfico Ilícito de Drogas que Producen hábito y el Protocolo Adicional a dicho Convenio, suscritos entre los Gobiernos de la República Federativa del Brasil y la República de Bolivia el 17 de agosto de 1977 y el 2 de agosto de 1988 respectivamente y, los compromisos asumidos como Partes de la Convención de las Naciones Unidas contra el Tráfico Ilícito de Estupefacientes y Sustancias Psicotrópicas, suscrita en Viena, el 20 de diciembre de 1988, en adelante denominada "Convención";

Teniendo en cuenta lo establecido en la Convención sobre la necesidad de crear y efectivizar medidas de control con relación a determinados precursores y sustancias químicas esenciales que pueden ser utilizados para la fabricación ilícita de estupefacientes y sustancias Psicotrópicas;

Acatando las recomendaciones sobre la materia, efectuadas por la Junta Internacional de Fiscalización de Estupefacientes (JIFE);

Observando que los precursores y las sustancias químicas esenciales son indispensables para la fabricación de sustancias estupefacientes y psicotrópicas, para lo cual resulta indispensable y urgente la adopción, entre las Partes, de medidas apropiadas para impedir el uso ilegal de estos productos;

Preocupados por el constante aumento del tráfico ilícito de precursores y sustancias químicas esenciales para el procesamiento de estupefacientes y sustancias psicotrópicas;

Conscientes de que la producción, la fabricación, la distribución, la comercialización y el tráfico ilícito de precursores y sustancias químicas esenciales son la base para facilitar la producción ilícita de estupefacientes y sustancias psicotrópicas;

Reconociendo que la producción de estupefacientes y sustancias psicotrópicas constituye una actividad criminal de consecuencias internacionales y, por eso, todos los Estados deben ejecutar acciones conjuntas que permitan combatir, neutralizar e impedir cada una de las fases de esta actividad criminal internacional;

Convencidos de la necesidad de mantener, entre las Partes, un intercambio directo, seguro, permanente y ágil de informaciones que fortalezca la capacidad de los Estados de detectar e impedir operaciones sospechosas que involucren precursores y sustancias químicas esenciales para evitar su uso ilegal,

Acuerdan lo siguiente:

ARTICULO 1

Objetivos y Ambito de aplicación

1. Las Partes del Presente Acuerdo convienen en desarrollar la cooperación prevista en la Convención, especialmente en sus artículos 2, 12 y 24, a fin de prevenir y controlar el uso ilegal de precursores y sustancias químicas esenciales utilizadas para la fabricación y/o el procesamiento ilícito de estupefacientes y sustancias psicotrópicas.
2. Las Partes se prestarán asistencia mutua para intercambiar informaciones con el objetivo de controlar y fiscalizar las operaciones comerciales, aduaneras y de distribución de precursores y sustancias químicas esenciales.
3. Las Partes intercambiarán informaciones sobre las personas y organizaciones que se ocupan de la producción, la venta, la importación, la exportación, la reexportación, la distribución, el transporte y el almacenamiento de precursores y sustancias químicas esenciales.

4. En cumplimiento del presente Acuerdo, las Partes intercambiarán informaciones relativas a los mecanismos de control interno , encargados de impedir el uso ilegal de precursores y sustancias químicas esenciales.

ARTICULO II

Autoridades Centrales Designadas

Las Partes designan a las siguientes Autoridades Centrales para la ejecución del presente Acuerdo, las cuales podrán comunicarse directamente entre si para mantener una cooperación más eficaz.

- a) por la República Federativa del Brasil, la Autoridad Central será el Ministerio de Justicia, que cumplirá las atribuciones descritas en el presente Acuerdo en coordinación con la Secretaría Nacional Antidrogas (SENAD);
- b) por la República de Bolivia la Autoridad Central será el Viceministerio de Defensa Social - Dirección General de Sustancias Controladas , que cumplirá las atribuciones descritas en el presente Acuerdo en coordinación con las demás autoridades competentes.

ARTICULO III

Precursores y Sustancias Químicas Esenciales

1. Para los fines del presente Acuerdo, se entenderán por precursores y sustancias químicas esenciales, toda sustancia o mezcla de sustancias químicas utilizadas en el proceso de extracción o fabricación ilícita de estupefacientes y/o sustancias psicotrópicas, tanto de origen natural como sintético.
2. Las Partes, conjuntamente, de acuerdo con su legislación interna, y dentro de un plazo de 90 (noventa) días siguientes de la entrada en vigor del presente Acuerdo, establecerán una "lista de precursores y sustancias químicas esenciales", en adelante denominada "lista de sustancias", que deberá ser sometida a vigilancia por cada una de ellas.
3. Las propuestas de modificación de la lista de sustancias serán decididas por las Autoridades Centrales.

ARTICULO IV

Control de las Operaciones Comerciales, Aduanera y de Distribución
de Precursores y de Sustancias Químicas Esenciales

1. Las Partes se cooperarán entre sí para asegurar el control y la fiscalización de las operaciones comerciales, aduaneras, de tráfico y de distribución de los precursores y las sustancias químicas esenciales incluidos en la lista de sustancias. De la misma forma, informarán sobre las operaciones cuando existan razones fundadas para creer que los precursores o sustancias químicas esenciales puedan estar o estén siendo objeto de uso ilegal.

2. Las Partes se asegurarán de que toda operación de importación, exportación, reexportación, tránsito y distribución de precursores y de sustancias químicas esenciales estén acompañadas de toda la documentación pertinente.

3. Las Partes intercambiarán información para identificar operaciones sobre las cuales exista sospechas fundadas, y solamente en esos casos, que indiquen que los precursores o las sustancias químicas esenciales puedan estar o estén siendo desviados para la fabricación ilícita de estupefacientes y sustancias psicotrópicas, en referencia a los siguientes aspectos:

- a) cantidad del precursor o de la sustancia química esencial vendida, importada, exportada, reexportada, mantenida en depósito, transportada o que haya sido transbordada;
- b) nombre, dirección, teléfono, fax, clientes y actividades de los vendedores de precursores y sustancias químicas esenciales;
- c) rutas de comercio de precursores y sustancias químicas esenciales establecidas previamente para ser utilizadas por los comerciantes, corredores y transportadores de su país;
- d) precursores y sustancias químicas esenciales que se encuentren en tránsito por el territorio de una de las Partes con destino al territorio de la otra Parte;
- e) datos estadísticos con respecto a la oferta y la demanda de los precursores y sustancias químicas esenciales.

4. La Autoridad Central que reciba de la otra Parte informaciones sobre operaciones sobre las cuales exista sospechas fundadas, por intermedio del órgano competente, investigará al consignatario o destinatario de los precursores y sustancias químicas esenciales, para confirmar que sean empleados para fines lícitos. En el caso de aquellos productos que sean enviados a un consignatario o destinatario dentro del territorio de la otra Parte y sean vendidos o transferidos a terceros, estos últimos también serán investigados.

5. Las Partes comunicarán oportunamente toda modificación realizada en los sistemas de etiquetado de los precursores y sustancias químicas esenciales a que se refiere el presente Acuerdo y, cuando sea necesario, anexará la información pertinente, a fin de facilitar, a la Autoridad Central encargada de ejercer su control, para la comprensión de tales modificaciones.

6. Conforme a su legislación interna, las Partes prestarán informaciones sobre las autorizaciones, licencias o permisos concedidos, negados o renovados relativas a las exportaciones, las reexportaciones, las importaciones, o transporte y la distribución, como también sobre las formas de pago con las que se han efectuado las transacciones de comercio de precursores y de sustancias químicas esenciales sobre las cuales exista sospechas fundadas, para que sean sometidas a investigaciones y procedimientos administrativos o procesos penales instaurados por las autoridades competentes de cada Parte.

7. La Autoridad Central de una de las Partes podrá solicitar a la Autoridad Central de la otra Parte las informaciones que poseen sobre las personas y las organizaciones que se ocupan de la producción, venta, importación, exportación, reexportación, distribución, transporte y almacenamiento para iniciar, según el caso, la investigación respectiva.

8. Las Partes, también en la medida en que su ordenamiento interno lo permita, compartirán informaciones y darán a conocer los resultados obtenidos en las investigaciones y en los procedimientos administrativos y procesos penales iniciados por las autoridades respectivas. Igualmente, informarán sobre las actividades de interdicción que hayan sido iniciadas como resultado de la cooperación mutua prevista en este Acuerdo.

9. La Autoridad Central de una de las Partes notificará a la Autoridad Central de la otra Parte previamente a concretarse, cualquier operación de exportación o de reexportación de precursores y sustancias químicas controladas.

ARTICULO V

Cooperación en Materia de Intercambio de Informaciones
sobre la Legislación Vigente

Las Partes se cooperarán entre si para proporcionarse informaciones relativas a la legislación y las modificaciones introducidas, como también en los demás mecanismos de control y fiscalización establecidos para evitar el uso ilegal de precursores y de sustancias químicas esenciales.

ARTICULO VI

Información Reservada

1. Toda información comunicada, en aplicación del presente Acuerdo, por tener carácter reservado, será clasificada según la legislación de cada una de las Partes para garantizar el secreto profesional, industrial, empresarial y comercial, como también la protección necesaria.

2. La información obtenida deberá ser utilizada únicamente para los fines del presente Acuerdo.

3. Lo dispuesto en el párrafo anterior no impedirá la utilización de las informaciones en procedimientos administrativos o procesos penales iniciados por las Partes como consecuencia del control de los precursores y de las sustancias químicas esenciales. La utilización de dichas informaciones y sus resultados serán comunicados a la Autoridad Central que la proporcionó.

ARTICULO VII

Disposiciones Finales

1. Las Partes acuerdan evaluar anualmente la ejecución del presente Acuerdo y realizarán las consultas que consideren necesarias para perfeccionar su aplicación.

2. Cualquier controversia que pueda surgir en la aplicación del presente Acuerdo será solucionada directamente por las Partes.

3. El presente Acuerdo entrará en vigor en la fecha de recepción de la segunda comunicación por vía diplomática, en la que se informará el cumplimiento de los requisitos constitucionales y la legislación interna necesarios para su aprobación.

4. El presente Acuerdo podrá ser enmendado y las modificaciones entrarán en vigor conforme se establece en el párrafo 3, del presente Artículo.

5. Cualquiera de las Partes podrá dar por terminado el presente Acuerdo, mediante una denuncia formal por medio de una Nota diplomática, que surgirá efecto seis (6) meses después de la fecha de recepción por la otra Parte. Las solicitudes formales de asistencia dentro del plazo deberá ser atendida por la Parte requerida.

Hecho en la ciudad de La Paz, a los veintiseis días del mes de julio de mil novecientos noventa y nueve, en dos ejemplares originales, en idiomas portugués y español, siendo ambos textos igualmente válidos y auténticos.

POR EL GOBIERNO DE LA REPUBLICA
FEDERATIVA DEL BRASIL

Luiz Felipe Lampreia

POR EL GOBIERNO DE LA REPUBLICA
DE BOLIVIA

Walter Güiteras

[TRANSLATION - TRADUCTION]

AGREEMENT ON COOPERATION BETWEEN THE GOVERNMENT OF
THE FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL AND THE GOVERNMENT
OF THE REPUBLIC OF BOLIVIA TO IMPEDE THE ILLEGAL USE OF
PRECURSORS AND CHEMICAL SUBSTANCES ESSENTIAL TO THE
PROCESSING OF NARCOTICS AND PSYCHOTROPIC SUBSTANCES

The Government of the Federative Republic of Brazil

and

The Government of the Republic of Bolivia

Hereinafter referred to as "the Parties",

In furtherance of the commitments made in the Agreement on Mutual Assistance in the Suppression of Illicit Traffic in Addictive Drugs and the additional Protocol thereto signed by the Governments of the Federative Republic of Brazil and the Republic of Bolivia on 17 August 1977 and 2 August 1988 respectively, and the commitments made by them as parties to the United Nations Convention against Illicit Traffic in Narcotic Drugs and Psychotropic Substances of 20 December 1988, hereinafter referred to as "the Convention",

Bearing in mind the provisions in the Convention regarding the need to set up and implement measures to monitor certain precursors and chemicals which are used in the manufacture of narcotic drugs and psychotropic substances,

In compliance with the recommendations on this subject made by the International Narcotics Control Board,

Noting that since precursors and essential chemicals are indispensable for the manufacture of narcotic drugs and psychotropic substances, it is essential and urgent that appropriate measures be adopted between the Parties to prevent the illegal use of such products,

Concerned at the steady increase in illicit traffic in precursors and chemicals essential for the processing of narcotic drugs and psychotropic substances,

Aware that the production, manufacture, distribution, marketing and illicit trafficking of precursors and essential chemicals facilitate the illicit production of narcotic drugs and psychotropic substances,

Recognizing that the production of narcotic drugs and psychotropic substances is a criminal activity with international consequences and that all States must therefore take joint action to combat, counteract and prevent every phase in the process of this international criminal activity,

Convinced of the need to maintain a direct, secure, ongoing and rapid exchange of information between the Parties that will strengthen States' capacity to detect and prevent suspicious operations involving precursors and essential chemicals with a view to preventing their illegal use,

Have agreed as follows:

Article I. Objectives and Scope

1. The Parties to this Agreement agree to develop the cooperation called for in the Convention, particularly articles 2, 12 and 24 thereof, in order to prevent and monitor the illegal use of precursors and essential chemicals for the illicit manufacture and/or processing of narcotic drugs and psychotropic substances.

2. The Parties shall assist each other by exchanging information with a view to monitoring and controlling commercial, customs and distribution operations involving precursors and essential chemicals.

3. The Parties shall exchange information on individuals and organizations engaged in the production, sale, import, export, re-export, distribution, transport and storage of precursors and essential chemicals.

4. Pursuant to this Agreement, the Parties shall exchange information on the internal monitoring mechanisms used to prevent the illegal use of precursors and essential chemicals.

Article II. Designated central authorities

For the implementation of this Agreement, the Parties hereby designate the following central authorities, which may communicate directly with each other in order to ensure more effective cooperation:

(a) For the Federative Republic of Brazil, the central authority shall be the Ministry of Justice, which shall fulfil the responsibilities deriving from this Agreement in coordination with SENAD the national anti-drug office;

(b) For the Republic of Bolivia, the central authority shall be the Office of Controlled Substances in the Vice Ministry of Social Defence, which shall fulfil the responsibilities deriving from this Agreement in coordination with the other competent authorities.

Article III. Precursors and essential chemicals

1. For the purposes of this Agreement, "precursors and essential chemicals" shall mean any chemical or mixture of chemicals used in the illicit extraction or manufacture of narcotic drugs or psychotropic substances of natural or synthetic origin.

2. The Parties, in accordance with their internal legislation and within a period of 90 (ninety) days from the entry into force of this Agreement, shall draw up jointly a list of the precursors and essential chemicals, hereinafter referred to as the "list of chemicals", to be monitored by each of them.

3. Proposed changes to the list of chemicals shall be decided upon by the central authorities.

Article IV. Monitoring of commercial, customs and distribution operations involving precursors and essential chemicals

1. The Parties shall cooperate with each other to ensure the monitoring and control of commercial, customs, transport and distribution operations involving precursors and essential chemicals on the list of chemicals. They shall also report to each other such operations when there are grounds to believe that the said precursors or essential chemicals may be or are being used illegally.

2. The Parties shall ensure that any import, export, re-export, transport or distribution of precursors or essential chemicals is accompanied by all the relevant documentation.

3. If, and only if there are grounds to suspect that precursors or essential chemicals may be or are being diverted for the illicit manufacture of narcotic drugs and psychotropic substances, the Parties shall exchange information with regard to the following:

(a) The quantity of the precursor or essential chemical sold, imported, exported, re-exported, stored, transported or transhipped;

(b) The names, addresses, telephone and fax numbers, customers and activities of those who are selling precursors and essential chemicals;

(c) The pre-established trade routes for precursors and essential chemicals used by their country's traders, brokers and carriers;

(d) The precursors and essential chemicals which are transiting through the territory of one Party en route to the territory of the other Party;

(e) Statistics on the supply of and demand for precursors and essential chemicals.

4. If the central authority of one Party receives from the other Party, through the competent authority, information concerning operations in respect of which there are grounds for suspicion, it shall investigate the consignee or recipient of the precursors or essential chemicals in order to confirm that they will be used for licit purposes. If the precursors or chemicals are sent to a consignee or recipient in the territory of the other Party and are sold or transferred to third parties, those parties shall also be investigated.

5. The Parties shall notify each other in a timely manner of any change in the labelling systems for precursors and essential chemicals covered by this Agreement and, where necessary, shall attach the relevant information in order to facilitate the central monitoring authority's understanding of that change.

6. In accordance with their internal legislation, the Parties shall provide information on the authorizations, licences or permits for the export, re-export, import, transport and distribution of precursors and essential chemicals granted, denied or renewed and on the means of payment whereby suspect commercial transactions in such products are or have been carried out, so that the information in question may be used in the investigations and administrative or criminal proceedings instituted by the competent authorities of each Party.

7. The central authority of one Party may request the central authority of the other Party to provide any information in its possession concerning individuals and organizations

involved in production, sale, import, export, re-export, distribution, transport or storage operations, so that the corresponding investigation may be initiated if necessary.

8. Also to the extent that their internal legislation permits, the Parties shall share information and notify each other of the results of investigations and administrative or criminal proceedings instituted by their respective authorities. They shall also provide information on interdiction activities undertaken as a result of the mutual cooperation called for in this Agreement.

9. The central authority of one Party shall give the central authority of the other Party advance notice of any export or re-export of precursors or essential chemicals that are subject to monitoring.

Article V. Cooperation in the exchange of information on current legislation

The Parties shall cooperate with each other in providing information on legislation and amendments thereto and on other monitoring and control mechanisms established to prevent the illegal use of precursors and essential chemicals.

Article VI. Confidential information

1. All information transmitted under this Agreement shall, because of its confidential nature, be classified according to the legislation of each Party, in order to guarantee professional, industrial, business and trade secrecy and also the necessary protection.

2. The information obtained shall be used only for the purposes of this Agreement.

3. The provisions of the preceding paragraph shall not prevent such information from being used in administrative or criminal proceedings instituted by the Parties as a consequence of the monitoring of precursors and essential chemicals. The central authority which provided the information shall be informed of how it has been used and of the outcome.

Article VII. Final provisions

1. The Parties agree to evaluate the implementation of this Agreement annually and to hold such consultations as they deem necessary in order to improve its application.

2. Any dispute arising from the application of this agreement shall be settled directly by the Parties.

3. This Agreement shall enter into force on the date of receipt of the second notification through the diplomatic channel that the constitutional and internal legislative requirements for its approval have been met.

4. This Agreement may be amended; such amendments shall enter into force in accordance with the provisions of paragraph 3 above.

5. Either Party may denounce this Agreement by giving formal notice thereof through a diplomatic note. Denunciation shall take effect six (6) months after the date on which such

notice was received by the other Party. Formal requests for assistance made during that period shall be fulfilled by the requested Party.

Done at La Paz on 26 July 1999, in duplicate in the Portuguese and Spanish languages, both texts being equally valid and authentic.

For the Government of the Federative Republic of Brazil:

LUIZ FELIPE LAMPREIA

For the Government of the Republic of Bolivia:

WALTER GUITERAS

[TRANSLATION - TRADUCTION]

ACCORD DE COOPÉRATION ENTRE LE GOUVERNEMENT DE LA
RÉPUBLIQUE FÉDÉRATIVE DU BRÉSIL ET LE GOUVERNEMENT DE
LA RÉPUBLIQUE DE BOLIVIE EN VUE D'EMPÊCHER L'EMPLOI
ILLÉGAL DES PRÉCURSEURS ET DES SUBSTANCES CHIMIQUES
ESSENTIELLES AU TRAITEMENT DES STUPÉFIANTS ET DES
SUBSTANCES PSYCHOTROPES

Le Gouvernement de la République fédérative du Brésil

et

le Gouvernement de la République de Bolivie,

ci-après dénommés les "Parties",

Agissant sur la base des engagements contractés en leur qualité de Parties à l'Accord d'assistance mutuelle visant à la suppression du trafic illicite de stupéfiants et au Protocole additionnel, signé par les Gouvernements de la République fédérative du Brésil et de la République de Bolivie les 17 août 1977 et 2 août 1988 respectivement, ainsi qu'à ceux résultant de leur adhésion à la Convention des Nations Unies contre le trafic illicite de stupéfiants et de substances psychotropes, du 20 décembre 1988, ci-après dénommée la "Convention",

Compte tenu des dispositions de la Convention relatives à la nécessité d'adopter et d'appliquer des mesures de contrôle à certains précurseurs et produits chimiques qui sont utilisés pour la fabrication de stupéfiants et de substances psychotropes,

Suivant les recommandations formulées dans ce domaine par l'Organe international de contrôle des stupéfiants (OICS),

Considérant qu'étant donné que les précurseurs et les produits chimiques essentiels sont nécessaires à la fabrication de stupéfiants et de substances psychotropes, il est indispensable pour les Parties d'adopter d'urgence des mesures appropriées pour prévenir l'utilisation illicite desdites substances,

Préoccupés par l'aggravation constante du trafic illicite de précurseurs et de produits chimiques essentiels au traitement de stupéfiants et de substances psychotropes,

Conscients que la production, la fabrication, la distribution, la commercialisation et le trafic illicite de précurseurs et de produits chimiques essentiels facilitent la production illicite de stupéfiants et de substances psychotropes,

Reconnaissant que la production de stupéfiants et de substances psychotropes est une activité criminelle ayant des incidences internationales et que tous les États doivent par conséquent appliquer des mesures concertées pour combattre, neutraliser et prévenir chacun des aspects de cette activité criminelle internationale,

Convaincus de la nécessité de maintenir en permanence un échange direct, rapide et sûr d'informations entre les Parties afin de mettre les États mieux à même de détecter et d'empêcher les transactions suspectes de précurseurs et de produits chimiques essentiels en vue de prévenir leur détournement,

Sont convenus de ce qui suit:

Article premier. Objet et champ d'application du présent Accord

1. Les Parties au présent Accord conviennent de développer la coopération prévue dans la Convention, et en particulier dans ses articles 2, 12 et 24, afin de prévenir et de contrôler l'utilisation illégale des précurseurs et des produits chimiques essentiels, utilisés pour la fabrication et le traitement illicites de stupéfiants et de substances psychotropes.

2. Les Parties se fournissent mutuellement assistance afin d'échanger des informations dans le but de surveiller et de contrôler les opérations commerciales, douanières et de distribution des précurseurs et des produits chimiques essentiels.

3. Les Parties échangent des informations sur les personnes et organisations qui s'occupent de la production, de la vente, de l'importation, de l'exportation, de la réexportation, de la distribution, du transport et de l'entreposage de précurseurs et de produits chimiques essentiels.

4. Les Parties échangent, conformément au présent Accord, des informations sur les mécanismes de contrôle interne qui sont employés pour empêcher le détournement de précurseurs et de produits chimiques essentiels.

Article II. Autorités centrales

Les Parties désignent les autorités centrales ci-après aux fins de l'exécution du présent Accord, étant entendu que lesdites autorités peuvent communiquer directement entre elles afin d'améliorer l'efficacité de la coopération:

a) dans le cas de la République fédérative du Brésil, l'autorité centrale sera le Ministère de la Justice, lequel veillera à l'exécution des obligations découlant du présent Accord en coordination avec la SENAD qui est le Secrétariat national de la lutte contre la drogue;

b) dans le cas de la République de Bolivie, l'autorité centrale sera l'Office des substances soumises à contrôle, au sein du Vice-Ministère de la Défense sociale, lequel veillera à l'exécution des obligations découlant du présent Accord en coordination avec les autres autorités compétentes.

Article III. Précurseurs et produits chimiques essentiels

1. Aux fins du présent Accord, sont considérés comme précurseurs et produits chimiques essentiels tous produits ou mélanges de produits chimiques utilisés dans les processus d'extraction ou de fabrication illicites de stupéfiants et/ou de substances psychotropes d'origine aussi bien naturelle que synthétique.

2. Les Parties, agissant conformément à leur législation interne et d'un commun accord, établiront, dans un délai de quatre-vingt-dix (90) jours à compter de la date d'entrée en vigueur du présent Accord, une "liste de précurseurs et de produits chimiques essentiels" (ci-après dénommés "Liste de produits chimiques") qui devront être surveillés par chacune d'elles.

3. Les propositions de modification de la Liste de produits chimiques seront soumises à l'approbation des autorités centrales.

Article IV. Contrôle des opérations commerciales, douanières et de distribution de précurseurs et de produits chimiques essentiels

1. Les Parties coopèrent pour assurer le contrôle et la surveillance des opérations commerciales, douanières, de transport et de distribution des précurseurs et des produits chimiques essentiels, inscrits sur la Liste de produits. En outre, lorsqu'elles ont de bonnes raisons de croire que les précurseurs et produits chimiques essentiels peuvent faire ou font l'objet d'une utilisation illicite, elles s'en informent mutuellement.

2. Les Parties vérifient que toute opération d'importation, d'exportation, de réexportation, de transit et de distribution de précurseurs et de produits chimiques essentiels est accompagnée de toute la documentation pertinente.

3. Les Parties échangent des informations afin d'identifier les opérations apparemment suspectes dans les cas où il semble que des précurseurs et des produits chimiques essentiels peuvent être ou sont détournés vers la fabrication illicite de stupéfiants et de substances psychotropes. Lesdites informations comportent les indications ci-après:

a) quantité du précurseur ou du produit chimique essentiel, vendue, importée, exportée, réexportée, entreposée, transportée ou transbordée;

b) nom, adresse, numéros de téléphone et de télécopie, clients et activité des vendeurs de précurseurs et de produits chimiques essentiels;

c) circuits de distribution de précurseurs et produits chimiques essentiels précédemment établis à l'intention des commerçants, courtiers et transporteurs du pays;

d) précurseurs et produits chimiques essentiels se trouvant en transit sur le territoire de l'une des Parties vers le territoire de l'autre Partie;

e) données statistiques concernant l'offre et la demande de précurseurs et de produits chimiques essentiels.

4. L'autorité centrale, informée par l'autre Partie d'opérations apparemment suspectes, vérifie, par l'intermédiaire des autorités compétentes, l'identité du destinataire des précurseurs et des produits chimiques essentiels afin de confirmer que ces derniers seront employés à des fins licites. Si les précurseurs et les produits chimiques essentiels, envoyés à un destinataire se trouvant sur le territoire de l'autre Partie, sont vendus ou transférés à des tiers, l'identité de ces derniers est également vérifiée.

5. Les Parties s'informent en temps voulu de toute modification apportée aux systèmes d'étiquetage des précurseurs et des produits chimiques essentiels, visés par le présent Accord, en donnant le cas échéant les explications nécessaires pour permettre à l'autorité centrale responsable du contrôle de comprendre plus facilement ladite modification.

6. Les Parties, conformément à leur législation interne, échangent des informations sur les autorisations, licences ou permis d'exportation, de réexportation, d'importation, de transport et de distribution des précurseurs et des produits chimiques essentiels, accordés, refusés ou annulés ainsi que sur les moyens de paiement utilisés pour régler les opérations de commerce de précurseurs et de produits chimiques essentiels, apparemment suspectes

afin qu'elles puissent être utilisées dans les enquêtes et procédures administratives ou pénales ouvertes par les autorités compétentes de chacune des Parties.

7. L'autorité centrale de l'une des Parties peut demander à l'autorité centrale de l'autre Partie des informations sur les personnes et organisations qui s'occupent de production, de vente, d'importation, d'exportation, de réexportation, de distribution, de transport et d'entreposage de précurseurs et de produits chimiques essentiels afin de pouvoir, s'il y a lieu, ouvrir une enquête.

8. Les Parties, dans la mesure où cela est autorisé par leur législation interne, échangent des informations et rendent publics les résultats des enquêtes et procédures administratives ou pénales, ouvertes par leurs autorités respectives. Elles échangent également des informations sur les activités d'interception réalisées grâce à la coopération mutuelle visée par le présent Accord.

9. L'autorité centrale d'une Partie adresse à l'autorité centrale de l'autre Partie une notification préalablement à toute opération d'exportation ou de réexportation de précurseurs et de produits chimiques essentiels qui sont soumis à un contrôle.

Article V. Coopération en vue de l'échange d'informations relatives à la législation en vigueur

Les Parties coopèrent en vue d'échanger des informations relatives à leur législation et aux modifications qui y ont été apportées, ainsi qu'aux mécanismes de contrôle et de surveillance établis pour prévenir le détournement de précurseurs et de produits chimiques essentiels.

Article VI. Caractère confidentiel de l'information

1. Toute information communiquée conformément au présent Accord, ayant un caractère confidentiel, est classée conformément à la législation de chacune des Parties afin de garantir le secret professionnel, industriel ou commercial et la protection requise de l'information.

2. L'information obtenue n'est utilisée qu'aux fins du présent Accord.

3. Les dispositions du paragraphe précédent du présent article n'empêchent pas d'utiliser l'information dans le cadre de procédures administratives ou pénales ouvertes par les Parties à la suite de leur contrôle des précurseurs et des produits chimiques essentiels. L'utilisation faite de chaque information et de ses résultats sont communiqués à l'autorité centrale qui l'a fournie.

Article VII. Dispositions finales

1. Les Parties conviennent d'évaluer chaque année la mise en oeuvre du présent Accord et de se consulter, le cas échéant, afin d'en améliorer l'application.

2. Tout différend pouvant surgir concernant l'interprétation ou l'application du présent Accord est réglé directement par les Parties.

3. Le présent Accord entrera en vigueur à la date de réception de la deuxième des communications par lesquelles les Parties se seront informées, par la voie diplomatique, que les formalités constitutionnelles ou législatives internes requises pour son approbation ont été accomplies.

4. Le présent Accord peut faire l'objet d'amendements, lesquels entrent en vigueur conformément aux dispositions du paragraphe 3 ci-dessus.

5. L'une ou l'autre des Parties peut mettre fin au présent Accord en notifiant à l'autre, par la voie diplomatique, son intention de le dénoncer, auquel cas il cessera de produire effet six (6) mois après la date de réception de ladite notification par l'autre Partie qui donne suite aux demandes d'assistance présentées pendant ce délai.

Fait à La Paz le 26 juillet 1999, en deux exemplaires en langues espagnole et portugaise, les deux textes faisant également foi.

Pour le Gouvernement de la République fédérative du Brésil:

LUIZ FELIPE LAMPREIA

Pour le Gouvernement de la République de Bolivie:

WALTER GUIERAS

